



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003.2026
NÚMERO COMPRASGOV Nº 90003.2026
NUMERAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012.2026

ANEXO III – Proposta Comercial

Ao

CFTA – CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS

A presente licitação tem por finalidade a contratação de (inserir o objeto compatível com a licitação).

XXXXXXXXXXXX (Nome da empresa), inscrita no CNPJ nº. XXXXXXXX, com sede na rua XXXXXXXXXXXXXXXX, na cidade de XXXXXX, no Estado de XXXXXXXX, neste ato representada pelo Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, em conformidade com o Edital de licitação, **PREGÃO XXXXX/2026**, que adotará as seguintes condições:

1. Os preços apresentados e demais condições comerciais tem validade de 60 dias;
2. O preço compreende todas as despesas e custos para fornecimento e entrega do objeto, inclusive seguro e impostos incidentes sobre a venda, bem como, custos diretos e indiretos, remuneração, emolumentos, transportes (fretes), alimentação, deslocamentos, despesas fiscais e financeiras bem como outras despesas e encargos necessários ao cumprimento do objeto desta licitação;
3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto. O mesmo se aplica para exclusão de lances;
4. O cumprimento de todas as condições impostas e itens a seguir:

Item	Descrição	Quantidade
1	Fornecimento de vale combustível através de cartões magnéticos, abastecimento e recarga de créditos e administração com acompanhamento da CONTRATANTE via acesso remoto de sistema 100% web, conforme demais exigências constantes no edital e Termo de Referência.	29 (vinte e nove)* cartões. *As quantidades variam conforme contratações efetivas de colaboradores.
Valor total global do lote: R\$ XXX (valor por extenso)		

DEVEM SER SEGUIDAS AS ESPECIFICAÇÕES DO LOTE, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXO. O DESCRITIVO DO PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL TRATA-SE DE UMA CONFIGURAÇÃO PADRÃO E GENÉRICA.

5. Não será admitida reivindicação de alteração dos preços sob alegações tais como: perdas não consideradas de materiais, quantitativos incorretos, dificuldades com frete e entrega, falta de conhecimento, dentre outros.
6. O serviço deverá ser iniciado mediante a entrega da Autorização de fornecimento (AF) no prazo de entrega é de até 90 (noventa) dias ininterruptos, no modelo DDP (Delivered Duty Paid).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

7. Os cartões serão entregues nas sedes do CFTA, conforme endereço indicado no TR.
8. Ao precificarem os seus serviços, seja na proposta escrita ou nos lances, deverão considerar que as Notas Fiscais emitidas deverão prever a compensação da diferença de alíquota de impostos, no sentido de isentar o CFTA deste ônus e manter diferença do preço vencedor em relação às empresas concorrentes.
9. Concorde e submete-se a todas e cada uma das condições impostas pelo referido Edital e seus anexos.

DADOS BANCÁRIOS DA PROPONENTE

BANCO:

AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE:

Contato do departamento de licitação:

Contato de departamento de contratos/jurídico:

Local e data

Assinatura digital ou física digitalizada

Razão Social

CNPJ

E-mail / Telefone

A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 1,00 (um real).

Os lances serão ofertados por lote/grupo, valor total global.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO

DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A empresa _____, com sede na _____, na cidade de _____, Estado de _____, CNPJ nº _____, Inscrição Estadual nº _____, através de seu representante legal, _____, CPF nº _____, RG nº _____, DECLARA, para fins do disposto pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

*Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Local e data

Assinatura digital ou física digitalizada
Razão Social
CNPJ

(papel timbrado)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DO EDITAL E DE QUE NÃO HÁ IMPEDIMENTO PARA CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A empresa _____, com sede na _____, na cidade de _____, Estado de _____, CNPJ nº _____, Inscrição Estadual nº _____, através de seu representante legal, _____, CPF nº _____, RG nº _____, interessada em participar do processo de licitação em referência, DECLARA, sob as penas da lei, o pleno atendimento dos requisitos previstos no Edital, respeitados os respectivos momentos de comprovação em cada caso, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, bem como que até a presente data não existe impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Local e data

Assinatura digital ou física digitalizada
Razão Social
CNPJ

(papel timbrado)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ANTICORRUPÇÃO

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal da licitante _____ (nome empresarial), interessada em participar do Pregão nº 0007/2025, Processo nº 042/2025, DECLARO, sob as penas da Lei, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outra licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) tomei pleno conhecimento do edital e estou ciente do valor proposto e o limite de desconto que devo ofertar;
- c) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao CONTRATANTE antes da abertura oficial das propostas;
- d) esta empresa não possui nenhum vínculo com a CONTRATANTE ou com seus funcionários.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013, tais como:

- I – Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – Comprovemente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV – No tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

Local e data

Assinatura digital ou física digitalizada
Razão Social
CNPJ

(papel timbrado)